

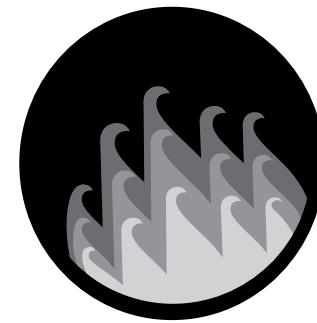


FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

A NOSSA CASA ARDE A SUL

A NOSSA CASA ARDE A SUL

Para que serve a ajuda
ao desenvolvimento?



Serge Michailof
Alexis Bonnel

Tradução de Miguel Serras Pereira



LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXII

© 2012, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A,
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título original: *Notre maison brûle au sud*,
de Serge Michailof et Alexis Bonnel
World copyright © LIBRAIRIE ARTHÈME FAYARD, 2010

Título: *A Nossa Casa Arde a Sul*.
Para Que Serve a Ajuda ao Desenvolvimento?
Autores: Serge Michailof e Alexis Bonnel
Prefácio: Érik Orsenna
Posfácio: Jean-Michel Severino
Tradução: Miguel Serras Pereira
Revisão: Tinta-da-china
Composição e capa: Tinta-da-china

1.ª edição: Agosto de 2012
ISBN 978-989-671-128-3
Depósito Legal n.º 347492/12

Índice

11	Prefácio
15	Prólogo
	CAPÍTULO PRIMEIRO
	<i>Os novos desafios globais nascem no Sul</i>
26	Novo panorama, novos dilemas
39	A falência dos países abandonados à sua sorte será uma ameaça à estabilidade mundial?
50	Não há uma maldição que condene os países pobres
61	O sucesso dos países emergentes será um desastre para os equilíbrios ecológicos mundiais?
	CAPÍTULO SEGUNDO
	<i>Da realpolitik à caridade pública: reconsideração histórica</i>
73	Ajuda pública ao desenvolvimento: de que se trata?
79	Da Guerra Fria à descolonização: a ajuda é um instrumento de <i>realpolitik</i> (1945-1980)
94	Os ziguezagues da ajuda entre ajustamento e luta contra a pobreza (1980-1990)
104	A legitimidade duvidosa da ajuda ao desenvolvimento assimilada à caridade pública

CAPÍTULO TERCEIRO

Os grandes debates internacionais da década de 1990 sobre a ajuda ao desenvolvimento

- 119 O debate sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento: para que serve ajudar o Sul?
- 134 O debate sobre a harmonização da ajuda ao desenvolvimento: será possível introduzir ordem na confusão?

CAPÍTULO QUARTO

Entre voluntarismo e utopia, a abordagem «milenarista» dos anos 2000

- 155 Objetivos do milénio: voluntarismo e votos piedosos
- 170 Será um rendimento mínimo uma perspetiva viável?

CAPÍTULO QUINTO

Dos debates da atualidade à refundação da ajuda ao desenvolvimento

- 193 Do donativo à ajuda «virtual», seis debates da atualidade
- 217 Novas abordagens, novos agentes, novos desafios
- 229 AAPD em busca de uma nova legitimidade

CAPÍTULO SEXTO

O desafio da reconstrução dos Estados «falhados»

- 241 O desempenho da ajuda ao desenvolvimento nos Estados «falhados» não é convincente
- 244 Que tragédias conduzem os Estados ao fracasso e à guerra civil?
- 261 Que lições tirar dos erros cometidos pela comunidade internacional no Afeganistão?
- 289 Construir Estados modernos: condição necessária para a construção de paz duradoura?

CAPÍTULO SÉTIMO

A ajuda pública ao desenvolvimento perante as crises ambientais

- 311 Demografia, crescimento, recursos naturais: um *cocktail* implosivo?
- 321 O Norte não pode esperar resolver por si só as crises ambientais
- 335 Repensar os modelos de desenvolvimento: um novo desafio mundial
- 353 As próximas décadas serão decisivas: o que fazer?
- 364 AAPD, motor da revolução ambiental?
- 381 Em jeito de conclusão
- 385 Posfácio
- 391 Glossário
- 397 Agradecimentos

Prefácio

por Érik Orsenna, da Academia Francesa

A ajuda ao desenvolvimento está na berlinda.

Há já muito tempo, são numerosas as vozes que se levantam: de que serve ajudar África?

Despejam-se, todos os anos, biliões de dólares sobre esse continente, sem que se verifiquem outros efeitos benéficos além do enriquecimento dos governantes locais...

A contestação radicalizou-se recentemente com a publicação do livro de uma zambiana, Dambisa Moyo, com os seus diplomas de Oxford e de Harvard, ex-consultora do Banco Mundial. O título da obra anuncia claramente a sua tese: *A Ajuda Mortal*¹. Para a jovem autora, a ajuda é não só inútil, como também nefasta. Segundo observa, quanto mais os países são ajudados, menos se desenvolvem.

Nestes tempos de egoísmo e de escassez de dinheiros públicos, uma posição como esta não pode deixar de encontrar ecos favoráveis.

O debate está em aberto. E é legítimo. Não podemos encerrá-lo, contentando-nos com acusar de todos os males do liberalismo a brilhante jovem autora. O facto de atualmente trabalhar na Goldman Sachs não a torna necessariamente mais simpática, mas não deve impedir-nos de prestarmos muita atenção aos seus argumentos.

Serge Michailof não esperou pela fulgurante entrada em cena da Senhora Moyo para começar a refletir sobre a questão.

Interesso-me por África desde a adolescência. Efeito de contemporaneidade, sem dúvida. Os povos africanos acediam à independência

¹ No original: *L'Aide fatale*, literalmente «Ajuda Fatal», de acordo com o título da tradução francesa do livro de D. Moyo (J.-C. Lattès, 2009). No entanto, o título do original inglês é *Dead Aid: Why Aid is Not Working and How There is a Better Way For Africa* (Londres, Allen Lane Publishers, 2009). (N. do t.)

no momento em que eu deixava a infância. E, sem dúvida, eu sentia-me ligado a eles como que por uma comunidade de destinos...

Seguiram-se 50 anos de leituras, de encontros, de iniciativas de ação, de escrita de livros. Cinquenta anos de interrogações lancinantes: porque é que África, que como se sabe «partira mal», porque é que África, ao contrário dos outros continentes, não consegue descolar?

Vou todos os anos à Ilha de Bréhat. É aí que Serge Michailof repousa das suas batalhas e se recompõe das suas deceções, antes de tornar a partir em setembro, para retomar, com vigor renovado, o seu combate contra todas as formas de pobreza. Por conta da ONU, do banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento, não tem parado de percorrer os quatro cantos do mundo para pôr os seus conhecimentos, a sua lucidez e a sua experiência incomparável ao serviço dos países em dificuldades. Abro a porta de madeira e faço-lhe a pergunta, já ritual:

— Então, quais são as últimas notícias de África?

E, enquanto à nossa frente vemos subir e descer o mar, Serge Michailof leva-me com ele em viagem. Uma viagem meticulosa, país a país, atenta às complexidades e às contradições. Uma viagem que não se deixa obnubilar pelos dramas, mas procede ao inventário dos sucessos, dos dinamismos, das forças vivas associadas às mudanças de geração. Uma viagem que não condena antes de começar por explicar. E que, depois de explicar, propõe sempre. As horas passam, a luz declina pouco a pouco, mas Serge Michailof continua a tomar o seu tempo. Detesta acima de tudo as ideias precipitadas e gerais, os grandes princípios arrogantes e definitivos, como os que proclamam os jovens financeiros como a Senhora Moyo. E, todavia, não contemos com indulgência da sua parte. Ninguém denuncia mais severamente as corrupções dos dois Congos, as delapidações de Madagáscar ou dos Camarões, o escândalo do Gabão, onde o solo e os presidentes são tão ricos e a população tão pobre, desprovida de tudo e sem dispor sequer de um hospital decente...

Será razão para abandonarmos a ajuda ao desenvolvimento?

Exasperado pelos abusos e pelos desvios, ponho todos os anos essa questão a Serge Michailof. E todos os anos ele me responde pela negativa. Mas com uma análise cada vez mais elaborada, enriquecida pelas suas últimas experiências. Porque este ser infatigável continua as suas missões e, através delas, aumenta a sua amplitude de vistas. Entre o Afeganistão, por exemplo, e tantos países de África,

não existirá uma semelhança fundamental — a fraqueza do Estado? Como desenvolver uma economia num espaço sem justiça, sem polícia, sem estradas e sem universidades? E como criar, quase a partir do nada, uma justiça, uma polícia, uma infraestrutura viária e uma rede mínima de ensino superior sem o apoio da ajuda externa? Falo aqui de ajuda *pública*, porque, evidentemente, os investimentos privados recusam a lentidão de projetos semelhantes, a tão longo prazo e tão pouco rentáveis. Sem o apoio das finanças *públicas* francesas e britânicas, haverá quem creia, por um segundo sequer, que o túnel do Canal da Mancha, esse incomparável motor das trocas, teria vindo ao mundo? Para não falar de outras linhas ferroviárias, a começar pelas de grande velocidade...

Eis o que aprendi, verão após verão, com Serge Michailof.

Eis o que redescobri, com admiração e gratidão, no livro que, com Alexis Bonnel, ele hoje nos propõe. Este livro, há muito tempo que eu o esperava — desde a nossa primeira conversa à beira-mar. Ser-me-á permitido confessar que assediei o Serge, ano após ano, insistindo com ele para que o escrevesse? Quem senão ele poderia proporcionar-nos semelhante contributo não só de análises, mas também de propostas?

A ajuda pode ser fatal, Senhora Moyo. Mas ainda mais fatal seria a sua interrupção. Os Estados fracos não lhe sobreviveriam. Querem-se-ão multiplicar situações como as da Somália, do Iémen? Que preguiça do espírito e que desespero da alma são estes, que nos impelem a ter por impossível um progresso da moral? Não será nesse húmus que florescem os piores cinismos?

Prólogo: abandonar os clichês

A ajuda ao desenvolvimento tem má fama

Uma vez que mantive a fé da minha juventude na missão da ajuda ao desenvolvimento, é sempre para mim doloroso constatar que esta ajuda, e em particular a que é outorgada pelos Estados e pelas instituições públicas especializadas, é vista com maus olhos. Acusam-na de todos os males: desperdício, ineficácia, corrupção. E todavia têm-se em grande estima as ONG que cavam poços no Sahel ou que prestam cuidados aos refugiados em campos miseráveis. Os nossos responsáveis políticos adoram fazer com que os filmem a descarregar sacos de arroz ou a visitar doentes com sida num hospital no meio do mato. Mas a nossa generosidade natural, que nos dispõe a socorrer as vítimas das guerras ou das fomes, associa-se a uma desconfiança profunda perante as instituições que, em princípio, se ocupam justamente da prevenção dessas desgraças ou da gestão das suas consequências.

Esta desconfiança não é decerto unicamente produzida por fantasmas. Tem causas objetivas. Durante muito tempo, a ação das agências de ajuda inscreveu-se, com efeito, no quadro de agendas muito carregadas. Como explicar de outro modo duas décadas de apoio continuado ao regime do general-presidente Mobutu e a tantos outros potentados? As mesmas agências de ajuda pilotaram também, durante 15 anos, programas ditos de ajustamento estrutural que, longe de terem reduzido a pobreza, parecem, muito pelo contrário, tê-la aumentado. São muitos, enfim, os que se interrogam sobre o balanço dessa ajuda que, bem feitas todas as contas, «não desenvolveu África»...

Este profundo ceticismo das opiniões, reforçado pela qualidade medíocre da comunicação das agências em causa, está profundamente enraizado entre as elites administrativas e políticas da maior parte dos países ricos. Traduz-se, para além das grandes declarações proferidas levando a mão ao coração, por compromissos financeiros

ridículos, se comparados com as necessidades e a importância das questões em jogo. Depois de deduzidos os diversos artifícios que inflacionam as estatísticas, os montantes efetivamente consagrados à ajuda pública ao desenvolvimento nos países mais pobres representam cerca de uma trigésima parte do que os países ricos consagram às suas despesas militares. Será que a mesquinhez é uma constante das nossas sociedades de abundância? Assim, este trabalho, por meio do qual gostaria de compartilhar a minha experiência enquanto «agente do desenvolvimento» e a minha perspectiva sobre o futuro deste tipo de intervenção, tem quatro objetivos:

1) *Levar o leitor a descobrir aquilo que, desde a sua origem, tem sido de facto a ajuda pública ao desenvolvimento.*

A ajuda ao desenvolvimento é, com efeito, mal conhecida e está mergulhada num processo de transformação profunda, o que faz com que a minha primeira ambição seja levar o leitor a descobrir aquilo que ela de facto tem sido desde a sua criação, no final da Segunda Guerra Mundial, e aquilo em que está a transformar-se. Esta ajuda foi, de início, um instrumento de política externa que se desenvolveu no contexto da Guerra Fria e da descolonização. Em seguida, mas sem chegar verdadeiramente a dizê-lo, foi absorvida por uma lógica de refinanciamento da dívida dos países do Sul, que se tornou impossível de gerir, na esteira das crises dos anos 70. Em França, atolou-se durante algum tempo no apoio ao que se convencionou chamar a Françafrica (*Françafrique*). É uma forma de ajuda hoje morta, embora o seu cadáver ainda mexa. A dimensão caritativa e desinteressada que a ajuda mais tarde assumiu tornou-se progressivamente dominante ao longo dos anos 90; mas esta «ajuda nova» nem por isso comoveu o coração dos monstros de sangue frio que são os Estados, de maneira a mobilizá-los efetivamente e a passar a incluir-se entre as suas prioridades. A ajuda enquanto instrumento altruísta interessa decerto às opiniões públicas, mas tem manifestamente dificuldade em convencer os responsáveis políticos e orçamentais. É uma ajuda que subsiste em condições de existência difíceis. Neste período de crise, torna-se uma variável menor de ajustamento orçamental, no momento preciso em que emergem uma nova lógica e novas necessidades.

2) *Pôr em evidência a amplitude excepcional dos choques que afetam e continuarão a afetar os países do Sul.*

A minha segunda ambição é mostrar que o nosso mundo se confronta, no século XXI, com uma aceleração prodigiosa de mutações, das quais ainda não tomámos plena consciência¹: choques demográficos, económicos, ecológicos — para citarmos apenas os principais. Como observam Patrick Artus e Marie-Paule Virard, «o pior está para vir»². Ora, é nos países do Sul que estas transformações serão mais rápidas e os choques, mais brutais. Não esqueçamos que é neles que se produzirá o essencial (95 por cento) do crescimento demográfico.

Três exemplos podem dar uma ideia da amplitude desta aceleração:

- a) O choque demográfico: na Costa do Marfim, entre 1960 e os nossos dias, a população mais do que quintuplicou. Se o mesmo choque demográfico tivesse afetado a França, o país contaria hoje mais de 300 milhões de habitantes. Ora, para o conjunto da África Subsaariana, a taxa de crescimento demográfico mantém-se. A visão *Out of Africa*³ deste continente como um universo vazio e com espaços infinitos onde o tempo não conta é hoje um fantasma. Por volta de 2040, a África a sul do Sara será mais povoada do que a China.
- b) O choque económico: no espaço de uma geração, a população ativa dos países do Sul participante na rede das trocas mundiais passou de 600 milhões (em 1980) a mais de três mil milhões (hoje). A concorrência num mercado globalizado, não dos nossos bons canalizadores com o canalizador polaco, mas dos nossos melhores engenheiros com os centros de investigação indianos e chineses, está ainda por compreender.
- c) O choque ecológico: ao mesmo tempo que se faz sentir a ameaça do aquecimento climático, haverá no mundo dos nossos filhos (2050) tantos automóveis (três milhares de milhões) como os habitantes que viviam no mundo da minha infância (1960).

Estas transformações fantásticas têm oferecido desde há 20 anos — e continuarão ainda a oferecer — oportunidades excecionais para melhorar as condições de vida em algumas das regiões mais

1 Ver, a este propósito, Hubert Védrine, *Rapport pour le président de la République sur la France et la mondialisation*, Fayard, 2007.

2 Patrick Artus e Marie-Paule Virard, *Globalisation, le pire est à venir*, La Découverte, 2008.

3 Título de um filme que Sidney Pollack realizou em 1985, baseando-se na obra autobiográfica de Karen Blixen, *Den afrikanske Farm* (1937). Em português, o filme foi exibido sob o título *África Minha*. Cf. também Karen Blixen, *África Minha*, Lisboa, Relógio D'Água, 2000. (N. do t.)

desfavorecidas. O exemplo da China mostra-nos o que é possível fazer no espaço de poucas décadas. Há somente 25 anos, ensinei durante um trimestre na Universidade de Nanquim. Não se via então, nessa cidade de quatro milhões de habitantes, um automóvel particular, um autocarro ou um táxi nas ruas. Tive de comprar uma bicicleta para ir para o trabalho. Hoje, os nós rodoviários de autoestrada fazem com que a cidade lembre Houston! Mas o caso da China revela também o grau de instabilidade e de tensão a que estas mudanças submetem as populações: poluição, migrações, urbanização anárquica, destruição dos solos e da biodiversidade, ou ainda crescimento das desigualdades e tensões sociais¹.

3) *Mostrar que, na nossa aldeia mundial globalizada, o Norte e o Sul são afetados por estes choques.*

Como há cerca de 20 anos Jean-Christophe Ruffin² já fazia notar, crer que as tensões ligadas às mudanças em curso se manterão distantes e a sul, no interior das fronteiras dos países afetados, e que nós poderemos ignorar essas alterações profundas, ao abrigo de um *limes*, como os cidadãos do Império Romano de outrora, é uma ilusão perigosa. Vemos as chuvas ácidas provocadas pela poluição chinesa ameaçar as florestas do Japão. Os pesticidas da revolução verde transportados pelos grandes rios remontam as cadeias alimentares oceânicas e acabam nos nossos pratos. Um vírus aparecido numa unidade de suinicultura mexicana desencadeia uma pandemia mundial. Finalmente, o crescimento da procura energética na Ásia faz com que nas nossas bombas de gasolina os preços subam e contribui pesadamente para o aquecimento global...

Muitos países do Sul que no passado julgávamos condenados à fome e que pensávamos poder esquecer conhecem hoje um sucesso económico que começa por perturbar as nossas certezas: O quê? Este vinho chileno é melhor que o nosso *bordeaux*? A Tata comprou a Jaguar? Mas não me digam que queriam ser eles a escolher também o diretor do FMI? Ora, este sucesso prodigioso, e que se mantém anárquico, participa doravante da taxaço por vezes irreversível dos bens comuns do nosso planeta, que supúnhamos inesgotáveis: ar, água, florestas, solos, biodiversidade. Contribui para os desequilíbrios ecológicos à escala mundial. O sucesso

1 Ver a obra premonitória de Jean-François Richard, *High Noon. 20 Global Problems, 20 Years to Solve Them*, Basic Books, 2002.

2 Jean-Christophe Ruffin, *L'Empire et les nouveaux barbares*, J.-C. Lattès, 1991.

espetacular de certos países «subdesenvolvidos» põe também em evidência os limites do nosso modelo de desenvolvimento e a impossibilidade de persistir na busca de um crescimento não regulado que acabaria por confrontar-nos, desta feita à escala mundial, com a famosa tragédia dos comuns¹, em que o consumo não regulado de um bem gratuito de quantidade limitada conduz ao seu desaparecimento.

No outro extremo deste espectro, os países que, pelo contrário, estagnam em contextos de forte crescimento demográfico começam a ser aspirados por crises malthusianas repetitivas, crises sociais e económicas que na maioria das vezes resultam em afrontamentos políticos violentos, desordens sociais e, nos casos mais graves, conflitos entre fações armadas. Ora, hoje verificamos que esses conflitos remotos, que se desenrolam no fundo das florestas do Congo, dos desertos da Somália ou das montanhas do Afeganistão, não mais nos deixarão em paz. Como sublinha Daniel Cohen, esta nova fase da mundialização faz nascer expectativas às quais não pode dar resposta². O fracasso do desenvolvimento em certas regiões constitui atualmente um solo fértil para contestações radicais de carácter ideológico ou religioso e torna-se do mesmo modo uma ameaça à estabilidade do nosso mundo. Não esqueçamos que os pequenos emiratos extremistas islâmicos, instalados na miséria dos territórios do Noroeste paquistanês, que desestabilizaram o Afeganistão e desafiam o exército paquistanês, estão a poucas centenas de quilómetros de depósitos nucleares.

4) *Sublinhar que, nestas condições, uma ajuda ao desenvolvimento livre das suas escórias e, em última análise, mais egoísta do que altruísta pode constituir um dos raros instrumentos para prevenir ou gerir os choques em causa.*

Estas duas ameaças, cuja amplitude só poderá aumentar no curso do presente século, vêm somar-se a ameaças mais antigas, mas que de maneira nenhuma desapareceram em numerosos países do Sul. Estas resultam, em especial, da persistente pobreza urbana e rural, de processos de urbanização não controlados, do desperdício da água, da desnutrição e das carências em matéria de cuidados e de educação. Frente a estes velhos problemas, a comunidade internacional parece já em

1 Garret Hardin, «The Tragedy of the Commons», *Science*, 13 de dezembro de 1968.

2 Daniel Cohen, *La Mondialisation et ses ennemis*, Hachette, 2004.

larga medida resignada, embora não faltem soluções¹. Ora, esta resignação parece acentuar-se perante os novos problemas que, à primeira vista, se mostram quase insolúveis. Num mundo transformado em aldeia global pelo surto das comunicações, o crescimento das desigualdades objetivas e a percepção muito aguda das injustiças tornam esses fenómenos ainda mais insuportáveis. Encorajam as crispações identitárias e exacerbam as tensões políticas². Descobrimos aqui os limites da ação internacional «clássica». As intervenções militares enterram-se em conflitos assimétricos. A diplomacia tradicional esgota os seus meios. A ajuda humanitária não pode fazer mais do que tratar perpetuamente as feridas. As conferências internacionais sucedem-se...

O objetivo deste trabalho é mostrar que a ajuda pública ao desenvolvimento internacional, durante muito tempo objeto de descrédito — e ainda hoje, como nos recorda o sucesso do livro de Dambisa Moyo³ —, pode constituir, uma vez renovada e liberta das suas escórias históricas, um instrumento de prevenção e de gestão das crises dramáticas que em perigosos caldeirões se preparam a sul. Este trabalho inscreve-se no contexto de um dilema maior do século XXI, do qual ainda não nos apercebemos claramente: por um lado, o fracasso do desenvolvimento em certas regiões do mundo tem consequências catastróficas no plano geopolítico regional e global, como mostram os exemplos do Afeganistão e da Somália. Por outro lado, o sucesso do desenvolvimento de outros países corre paradoxalmente o risco de também se revelar catastrófico, desta feita no que se refere aos grandes equilíbrios ecológicos. É neste contexto que a renovação da ajuda pública ao desenvolvimento pode não só constituir um dos instrumentos de intervenção e de regulação globais cuja necessidade se faz sentir com urgência no século XXI, mas contribuir também para explorar o novo modelo de desenvolvimento que imperativamente precisamos de descobrir a partir de agora.

1 Ver, a este propósito, os múltiplos exemplos descritos na obra coletiva *À quoi sert d'aider le Sud*, Serge Michailof (dir.), Economica/Agence française de développement, 2006.

2 Jean-Michel Severino e Olivier Charnoz, *De l'ordre global à la justice globale: vers une politique mondiale de régulation*, En Temps Réel, cahier 36, novembro de 2008.

3 Dambisa Moyo, *L'Aide fatale*, J.-C. Lattès, 2009. Entre as interpretações sumárias e caricaturais da Senhora Moyo, que, como lembra Jean-Michel Severino num artigo publicado por *Le Monde* a 16 de novembro de 2009, «é apenas mais uma de entre uma longa série de obras de má qualidade», os países que cita como casos de sucesso (Gana, Botswana, Moçambique, Tanzânia) são precisamente aqueles que receberam maiores ajudas, e a sua apologia da supressão da ajuda e da sua substituição por financiamentos privados surge como um perfeito contrassenso, numa altura em que os países africanos reclamam um acréscimo maciço das transferências públicas por parte dos países ricos que lhes permitam enfrentar tanto os efeitos da crise económica com os das transformações climáticas.

Sete perspetivas esclarecedoras para descobrir a ajuda pública ao desenvolvimento

O primeiro capítulo oferece uma panorâmica dos países do Sul, cuja diferenciação se acentuou consideravelmente de há 20 anos a esta parte. Examinaremos os impactos previsíveis no plano mundial das tendências em curso a partir de uma tipologia original desses países.

O segundo capítulo propõe uma retrospectiva da ajuda pública ao desenvolvimento, de início instrumento coerente de *realpolitik*, mais tarde um utensílio ziguezagueante entre ajustamento e luta contra a pobreza. Para clarificar um debate ideologicamente muito carregado e que infelizmente regressou ao primeiro plano da atualidade, no contexto da crise do euro, recordaremos a história dos famosos programas de «ajustamento estrutural».

O terceiro capítulo situa os grandes debates dos anos 90 em torno da ajuda ao desenvolvimento, debates que perduram e incidem no essencial sobre a eficácia e a harmonização da ajuda. Tratar-se-á de compreender a evolução das ideias e das práticas neste domínio.

No quarto capítulo procede-se à avaliação da generosa abordagem da Campanha do Milénio das Nações Unidas, questionando-se a sua adequação aos problemas que se levantam, o seu realismo e os seus limites.

O quinto capítulo apresenta os grandes debates da atualidade sobre a APD (ajuda pública ao desenvolvimento), que vão do questionamento sobre a sua pertinência global no quadro da mundialização ao tema da sua refundação enquanto embrião de políticas públicas globais que transcendam os Estados.

Apoiando-nos, em seguida, no caso de alguns países que estão mergulhados numa crise muito grave, como o Afeganistão, ou a sair de uma situação de crise, como a República Democrática do Congo (RDC), analisaremos, no sexto capítulo, o desafio que a reconstrução dos Estados «falhados» representa.

Examinaremos, por fim, no sétimo e último capítulo, as possibilidades concretas de uma APD renovada em três domínios principais: a redução das pegadas ecológicas, a promoção da necessária revolução ambiental e a descoberta de um novo modelo de desenvolvimento. Não esqueçamos, com efeito, que certos países do Sul estão em vias de integrar o clube dos grandes poluidores globais e que outros em breve se tornarão nas primeiras vítimas da crise ambiental.

Agradecimentos

Este trabalho é, antes do mais, o culminar de uma longa aprendizagem no terreno levada a cabo nas cerca de seis dezenas de países onde, no decorrer dos últimos 40 anos, a minha profissão de «agente do desenvolvimento» me conduziu. Mas é também o produto de oito anos de intercâmbios com os meus estudantes de mestrado da Sorbonne e de Sciences Po¹, cujas questões e curiosidade me obrigaram a aprofundar leituras, a procurar os meus documentos extraviados e a repor em causa muitas das minhas certezas. Ser-me-ia, portanto, extremamente difícil apresentar uma lista de todos aqueles e todas aquelas que me ajudaram a cristalizar as minhas ideias.

Gostaria, no entanto, de agradecer de todo o coração à minha mulher, Catherine, que, durante mais de 30 anos suportou intrepidamente as minhas ausências repetidas enquanto eu percorria o mundo, a falta de notícias quando me encontrava em meios difíceis, os episódios de desencorajamento, próprios desta profissão, a fadiga ao fim das noites passadas a bordo de aviões, as crises de paludismo e de amebíase (e, uma vez, até mesmo um episódio de cólera!), consequências das minhas viagens pelo Sul... para já nada dizer dos inumeráveis fins de semana que lhe roubei, ocupando-me a ler dossiês e a redigir relatórios.

Agradeço também, evidentemente, a todos os amigos que me encorajaram e ajudaram na preparação deste trabalho — em especial a Alexis Bonnel, que aceitou pegar na pena para, contribuindo com a sua competência de especialista, suprir as minhas carências, encarregando-se de abordar por sua própria conta a dimensão da crise ambiental referida por este trabalho; a Érik Orsenna, que, segundo a sua própria expressão, me «assediou», incitando-me

¹ Designação corrente da École libre des sciences politiques, instituição emblemática e mundialmente famosa do ensino superior francês. (N. do t.)

a lançar-me nesta aventura de sintetizar a minha experiência; a Jean-Michel Severino, que, desde há um quarto de século, me tem vindo a abrir sem cessar novos espaços de reflexão; a Olivier Lafourcade, meu velho cúmplice como «profissional do desenvolvimento», que releu, comentou e corrigiu com o máximo rigor o meu manuscrito; a Loraine Dehant, que procedeu ao ingrato trabalho de releitura, verificação e harmonização dos números e das estatísticas; a Jean-Claude Brou, que, com a sua sensibilidade de alto-responsável africano, beneficiou o meu manuscrito com a sua leitura, expurgando-o dos traços mais exacerbados dos meus excessos verbais; a Jean-Bernard Veron e a Xavier de Victor, com os quais troco há tantos anos ideias sobre os problemas da reconstrução «pós-conflito»; a Jean-Claude Casanova, pelo seu apoio constante, e, por fim, a Jean-Michel Debrat, que me sucedeu no trabalho docente por que eu era responsável na Sorbonne, e que comentou em detalhe as minhas lições desse tempo, cujo conjunto serviu de trama inicial a este trabalho. Não preciso de acrescentar que os erros e as omissões que possam subsistir neste livro são exclusivamente de responsabilidade minha ou de Alexis.

Gostaria de aproveitar ainda a oportunidade para agradecer aos meus ex-colegas e aos meus amigos, que, graças às suas intervenções sucessivas, ajudaram a tornar mais vivos os meus seminários na Sorbonne e em Sciences Po, bem como a todos aqueles cuja imensa competência coletiva acerca das questões do desenvolvimento alimentou, direta ou indiretamente, este trabalho — em particular: Jean-Claude Balmès, Richard Banegas, Jean-Pierre Barral, Jean-François Bayart, Philippe Benoit, Carl Bernadac, Hervé Bougault, Laurence Breton-Moyet, Sylvie Brunel, William Byrd, Jean-Marc Chataigner, Paul Collier, Hervé Conan, Jean-Marie Cour, Gilles Duruflé, Alan Gelb, Pierre-Noël Giraud, Jacques Giri, Jean-Marc Gravellini, Michel Griffon, Christian de Gromard, Jean-Yves Grosclaude, Patrick e Sylvie Guillaumont, Alain Henry, Pierre Jacquet, Michel Jacquier, Guillaume Josse, Marion Joubert, Pierre Judet, Markus Kostner, Carole Lancaster, Denis Loyer, Jean Mazurelle, Vatché Papazian, Thierry Paulais, Aude Penent, Maryvonne Plessis-Fraissard, Olivier Ray, Luc Rigouzzo, Laurence Tubiana, Marie-Odile Waty.

A NOSSA CASA ARDE A SUL

FOI COMPOSTO EM CARACTERES
HOEFLER TEXT E IMPRESSO
NA GUIDE, ARTES GRÁFICAS,
SOBRE PAPEL CORAL BOOK DE
80 GRAMAS, NUMA TIRAGEM
DE 1000 EXEMPLARES, NO MÊS
DE AGOSTO DE 2012.

